

PRESTAÇÃO DE CONTAS NO TERCEIRO SETOR: UMA ANÁLISE DAS ENTIDADES POSSUÍDORAS DO TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

*ACCOUNTABILITY IN THE THIRD SECTOR: AN ANALYSIS OF THE ENTITIES POSSESSING
FEDERAL PUBLIC UTILITY TITLE OF THE STATE OF RIO GRANDE DO NORTE*

FÁBIA JAIANY VIANA DE SOUZA
EDINEZ BARROS DANTAS
ANEIDE OLIVEIRA ARAÚJO
MAURÍCIO CORRÊA DA SILVA

Resumo:

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar as principais características das prestações de contas das entidades possuidoras do título de Utilidade Pública Federal (UPF) no Estado do Rio Grande do Norte entre 2007 e 2009. Foram utilizadas as pesquisas descritiva, documental e quantitativa. A coleta de dados foi realizada no sítio do Ministério da Justiça para obter as prestações das 15 entidades analisadas. Os resultados revelaram que, no mínimo, uma parceria foi firmada por ano, no período analisado, por cada entidade com um ente federativo e que 36% dos recursos repassados para as entidades através de parcerias são de origem federal e 64% das entidades pesquisadas recebem recursos através de convênios. Constatou-se, ainda, que a média de valores recebidos através de parcerias e subvenções foi crescente nos três anos analisados, assim como a média de funcionários dessas instituições e a de geração de receitas. A média de resultados das entidades analisadas não se manteve uniforme durante os anos pesquisados, fato que demonstra que o crescimento dos recursos humanos, das receitas geradas e dos valores recebidos através de parcerias e subvenções não foi proporcional ao aumento da capacidade de atuação social dessas entidades.

Palavras-chave: Terceiro setor. Entidades sem fins lucrativos. Prestação de contas.

Abstract: *This research aims at analyzing the main characteristics of the rendering of accounts of entities possessing the title of Federal Public Utility (UPF) in Rio Grande do Norte (RN) between 2007 and 2009. We used descriptive research, document and quantitative. Data collection was performed in Ministry of Justice to obtain the services of the 15 entities analyzed. The results revealed that at least one partnership was established a year over that period by each entity with a federative entity, 36% of funds transferred to the entities through partnerships are of federal origin, 64% of the surveyed entities receiving funds through covenants. It was further observed that the average amounts received through partnerships and grants increased in the three years analyzed, as well as the average number of employees of these institutions and revenue generation. The average results of the entities reviewed was not maintained even during the years studied, which demonstrates that the growth of human resources, revenue generated and the amount received through partnerships and grants was not proportional to the increase of the capacity of social work of these entities.*

Keywords: *Third sector. Non-profit. Accountability.*

FÁBIA JAIANY VIANA DE SOUZA
MESTRANDA DO PROGRAMA MULTI-
INSTITUCIONAL E INTER-REGIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
(UNB, UFPB, UFRN).
(fabiajaiany@yahoo.com.br).

EDINEZ BARROS DANTAS
GRADUADA EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS PELA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
DO NORTE (UFRN).
(edinez@yahoo.com.br).

ANEIDE OLIVEIRA ARAÚJO
DOUTORA EM CONTABILIDADE E
CONTROLADORIA PELA UNIVERSIDADE
DE SÃO PAULO (USP). PROFESSORA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
DO NORTE (UFRN).
(aneide@ufrnet.br).

MAURÍCIO CORRÊA DA SILVA
MESTRE EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS PELO
PROGRAMA MULTI-INSTITUCIONAL E
INTER-REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS (UNB, UFPB,
UFPE e UFRN). PROFESSOR DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
DO NORTE (UFRN).
(profmauriciocsilva@gmail.com).

1 INTRODUÇÃO

O aumento das desigualdades sociais, catástrofes, criminalidade e outros fatos negativos, que se vivencia na atualidade, aliados à ineficiência do Estado em suas políticas públicas, tem levado a sociedade a ter iniciativas sociais na tentativa de preencher as lacunas deixadas pelo Estado (COLIN, 2008).

É nesse contexto que se observa o crescimento do terceiro setor no Brasil. De acordo com Gonçalves (2011), as entidades que constituem esse setor vêm ganhando destaque no atual cenário mundial, em virtude da sua atuação, passando a ter uma maior notoriedade a partir do momento em que os setores público e privado reconheceram a incapacidade do Estado em atender todas as necessidades sociais.

As entidades de interesse social possuem uma função social de grande relevância e, apesar de serem pessoas jurídicas de direito privado, suas atividades são públicas, e o Poder Público tem procurado conceder alguns benefícios para incentivar a criação de novas associações e fundações e, até mesmo, propiciar a sobrevivência das que já existem (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2004).

Ainda, em consonância com o Conselho Federal de Contabilidade (2004), os principais benefícios concedidos são a imunidade, a qual é reconhecida na Constituição Federal de maneira genérica, e a isenção de tributos, que é concedida de maneira específica a determinadas atividades e setores, além das contribuições e da possibilidade do recebimento de recursos públicos por meio de convênios, contratos, subvenções sociais e termos de parceria.

De acordo com Olak e Nascimento (2006, p. 6):

Entidades sem fins lucrativos são instituições privadas, com propósito específico de provocar mudanças sociais e cujo patrimônio é constituído, mantido e ampliado partir de contribuições, doações e subvenções que, de modo algum, se revertem para os membros ou mantenedores.

A declaração de Utilidade Pública Federal (UPF) é fundamental para que os entes da federação possam realizar a concessão de vantagens fiscais ou financeiras para tais entidades, tendo em vista que esse título é necessário para a concessão de subvenções, doações e auxílios. Além dessas vantagens materiais, relacionadas às questões fiscais e tributárias, observa-se, também, que o título de UPF traz diversos benefícios imateriais, como prestígio e reconhecimento para tais entidades, em virtude de servir como prova dos serviços prestados, bem como poder ser utilizado como pré-requisito para obtenção do certificado de entidade de fins filantrópicos, concedido pelo Ministério da Previdência Social. Por essas razões, a obtenção desse título é tão importante para essas entidades.

As entidades que possuem esse título devem enviar anualmente suas contas para o Ministério da Justiça, devendo informar, inclusive, os relatórios dos resultados de suas

atividades para a sociedade. Assim, analisar as principais características das prestações de contas das entidades possuidoras do título de UPF no Estado do Rio Grande do Norte, entre 2007 e 2009, é importante para que se possa conhecer e tornar pública algumas das entidades do terceiro setor desse Estado, de modo que seja verificado como se encontra o desenvolvimento dessas entidades com a perspectiva de incentivar a transparência de seus atos para a sociedade.

Diante desse contexto, emerge a seguinte questão: quais foram as principais características das prestações de contas das entidades possuidoras do título de UPF no Estado do Rio Grande do Norte entre 2007 e 2009? Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar as principais características das prestações de contas das entidades possuidoras do título UPF nesse Estado durante o período citado.

A contribuição desta pesquisa reside na necessidade de se conhecer o perfil das entidades possuidoras do título de UPF no Rio Grande do Norte, com a perspectiva de aperfeiçoar os estudos relacionados ao terceiro setor e à prestação de contas dessas entidades, a fim de desenvolver essa temática, que na atualidade se encontra carente de publicações.

A pesquisa é constituída por cinco seções: esta primeira, denominada introdução, fornece uma visão geral a respeito da pesquisa. A segunda compreende o embasamento do estudo, constituído da apresentação dos conceitos da literatura existentes acerca do estudo do terceiro setor, do título de UPF e da prestação de contas. A terceira trata dos procedimentos metodológicos que nortearam a pesquisa. A quarta apresenta os resultados da pesquisa. Por último, a quinta apresenta as considerações finais e recomendações.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Este tópico contém uma exposição dos principais aspectos conceituais necessários à compreensão da prestação de contas das entidades que possuem a declaração de UPF. No primeiro momento, apresentam-se as abordagens conceituais sobre o terceiro setor e, em seguida, discute-se a respeito do título de UPF. Por fim, mostram-se alguns pontos relevantes sobre a prestação de contas.

2.1 O TERCEIRO SETOR

A sociedade brasileira compõe-se de empresas e entidades pertencentes ao primeiro, segundo e terceiro setor. O primeiro tem a finalidade de promover o atendimento às demandas públicas, como à saúde, educação e segurança, de modo a proporcionar o bem-estar para toda a sociedade. Essas atividades são mantidas através da arrecadação tributária, sendo o Estado responsável por administrar os recursos públicos e prover os direitos e garantias fundamentais contidos na Constituição Federal (DELGADO, 2004).

Com o segundo setor, tem-se o mercado ou as entidades privadas, cujo objetivo é a obtenção de lucro, decorrente de suas atividades operacionais, baseadas na venda de bens ou na prestação de serviços (SOUZA, 2011). Já o terceiro setor pode ser caracterizado como aquele constituído a partir de iniciativas da sociedade civil. Segundo Fernandes (1994, p. 21), trata-se de “[...] um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos”.

Para Rothgiesser (2002, p. 2), o “[...] terceiro setor são iniciativas privadas que não visam lucros ou iniciativas na esfera pública que não são feitas pelo Estado. São cidadãos participando de modo espontâneo e voluntário, em ações que visam ao interesse comum”. A conceituação de terceiro setor de Gonçalves (1999) mantém concordância com os demais autores, pois afirma que esse setor se trata de uma esfera de atuação pública, não estatal, formada a partir de iniciativas voluntárias, sem fins lucrativos, no sentido comum.

O terceiro setor faz parte da sociedade e, assim como o Estado e as entidades privadas, também tem uma missão a ser desempenhada, por meio de entidades sem fins lucrativos. Ações antes consideradas isoladas, feitas por pessoas anônimas, são encontradas atualmente nessas organizações, com uma formação jurídica que se fortalece dentro do terceiro setor.

Tais organizações podem, de acordo com Panceri (2001), ser caracterizadas como Organizações Não Governamentais (ONGs), cooperativas, associações, institutos, fundações e entidades assistenciais com interesses e perspectivas de atividades que vão desde atuações sobre o meio ambiente até cuidados com a criança, a saúde, o emprego, o lazer, a religião, os direitos cívicos e todas as demais atividades de inclusão social.

Embora a participação das entidades sem fins lucrativos no Brasil seja datada do final do século XIX, pode ser citado o caso das Santas Casas, que remontam à segunda metade do século XVI, trazendo consigo uma tradição da presença das igrejas cristãs que, direta ou indiretamente, atuavam prestando assistência à comunidade. Merece destaque a Igreja católica, que, com o suporte do Estado, era responsável pela maior parte das entidades que prestavam algum tipo de assistência às comunidades mais necessitadas, as quais ficavam às margens das políticas sociais básicas de saúde e educação. A atuação das igrejas, concomitante com o Estado, durou todo o período colonial, até o início do século XIX (GERÊNCIA DE ESTUDOS SETORIAIS, 2001).

Somente a partir da década de 1990, o terceiro setor se expandiu no Brasil, e como afirma Borges (2008), apesar das instituições do terceiro setor serem bastante antigas, só recentemente a sociedade despertou para a importância econômica desse segmento.

De acordo com uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2008), com base no

Cadastro de Empresas (Cempre) inscritas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), do Ministério da Fazenda, até o ano de 2005, no universo de aproximadamente 6,1 milhões de empresas, 5,6% pertenciam ao terceiro setor. É importante ressaltar, ainda, que a pesquisa evidenciou um grande crescimento dessas organizações no período entre 1991 e 2000, quando a quantidade de entidades sem fins lucrativos legalmente constituídas aumentou em 131,5% em relação à totalidade desse tipo de organizações existentes no país até então.

Outro ponto necessário a ressaltar, é que o terceiro setor, além dos benefícios caritativos à sociedade, ainda exerce um papel bastante importante na economia, uma vez que é gerador de emprego e renda, fato que pode ser verificado mediante as estatísticas da Rede de Informações do Terceiro Setor (Rits), que revelam que, em 2000, existiam 2.368.572 pessoas registradas em postos de trabalho de entidades do terceiro setor e, em 2001, esse número passou para 2.384.088 e vem crescendo a cada ano.

Constata-se, assim, que o terceiro setor presta serviços de relevância para a coletividade ao possibilitar a abertura de vagas no mercado de trabalho e o fortalecimento do processo de universalização dos direitos dos cidadãos previstos na Constituição Federal. Assim, uma das formas encontradas pelo governo para apoiar as entidades que prestam serviços necessários à sociedade, como a assistência social, o atendimento médico e a promoção da educação e da cultura, foi a concessão do título de UPF.

Para que as entidades possam obter esse título, se faz necessário que os seus serviços sejam oferecidos ao público em geral e não apenas aos associados, sem diferenciação de raça, credo, cor ou convicções políticas e sem finalidade lucrativa. A obtenção desse título é importante para essas entidades, pois proporciona a elas vantagens fiscais e tributárias, além de prestígio e reconhecimento perante a sociedade.

2.2 TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL (UPF)

O título de UPF é a mais antiga das qualificações das entidades sem fins lucrativos. Foi criado pela Lei Federal nº 91 de 1935 e sua regulamentação foi complementada pelo Decreto nº 50.517 de 1961 e pela Portaria nº 11 de 1990, da Secretaria de Justiça do Ministério da Justiça.

De acordo Voese e Reptzuk (2011), essas regulamentações são aplicadas às entidades que não possuam finalidade lucrativa, constituídas no país, com personalidade jurídica, que tenham desenvolvido atividades regularmente nos últimos três anos, que sirvam desinteressadamente à sociedade, que não remunerem a diretoria, que não distribuam lucros ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados e que promovam a educação ou exerçam atividades científicas, culturais ou artísticas.

Esse título é concedido às entidades responsáveis por desenvolver serviços considerados prioritários pelo Poder Público, em virtude de ser uma forma de atuação social do governo. Dessa forma, serve como meio de ligação entre o Estado e a iniciativa privada, motivo pelo qual se exclui as sociedades de proteção a animais e aquelas que prestam serviço exclusivamente a seus associados mesmo que sejam beneficentes (BOUDENS, 2000).

A concessão desse título é um ato discricionário do Presidente da República, o que significa que o Presidente pode concedê-lo ou não. Boudens (2000) explica que o critério da concessão é a relevância da entidade para o governo, referindo-se ao fato de que ao Estado moderno cabe promover o bem-estar da sociedade de maneira direta, tendo a finalidade de atingir o maior número de beneficiários em relação ao serviço oferecido e em atendimento às prioridades da administração.

Os benefícios imateriais e materiais oferecidos com a concessão desse título são as principais razões para essas entidades buscarem a sua obtenção. O título de UPF traz diversos benefícios imateriais, como prestígio e reconhecimento para tais entidades, em virtude de servir como prova dos serviços prestados, bem como poder ser utilizado como pré-requisito para obtenção do certificado de entidade de fins filantrópicos concedido pelo Ministério da Previdência Social. Além dessas vantagens imateriais, também se observa benefícios relacionados às questões fiscais e tributárias, como receber doações da União, receber receitas das loterias federais, realizar sorteios, ser isentas do recolhimento da cota patrimonial previdenciária e permitir que pessoas físicas e jurídicas possam deduzir a sua doação do imposto de renda.

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (2004), o Ministério da Justiça é responsável por conferir o título de UPF para as associações e fundações que atendam as seguintes exigências:

- a) que se constitua no país;
- b) que tenha personalidade jurídica;
- c) que tenha estado em normal funcionamento, nos últimos três anos, em respeito aos estatutos;
- d) que não receba remuneração, nem vantagens dos diretores e associados;
- e) que comprove, por meio de relatórios trianuais, a promoção de educação, de atividades científicas, culturais, artísticas ou filantrópicas;
- f) que seus diretores possuam folha corrida e moralidade comprovada;
- g) que se obrigue a publicar, anualmente, a demonstração de superávit ou déficit do período anterior, desde que contemplada com subvenção da União.

Ainda conforme o Conselho Federal de Contabilidade (2004), os benefícios proporcionados por esse título são:

- a) receber subvenções, auxílios e doações da União;
- b) realizar sorteios (Lei Federal nº 5.768/71, art. 4º);
- c) requerer a isenção da cota patronal para o INSS, observados os demais requisitos do art. 55 da Lei Federal nº 8.212/91;
- d) receber doações de empresas, dedutíveis em até 2% do lucro operacional da pessoa jurídica doadora, antes de computada a sua dedução, conforme inciso III do parágrafo 2º do art. 13 da Lei Federal nº 9.249/95;
- e) receber o Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, concedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), atendidos os demais requisitos.

De acordo com Borges (2008), a declaração de UPF consiste no reconhecimento pelo Ministério da Justiça que algumas entidades desempenham atividades que deveriam ser exercidas pelo serviço público. As sociedades possuidoras desse título devem enviar anualmente até 30 de abril para o Ministério da Justiça um relatório contendo a demonstração das receitas e despesas realizadas no período. Se parte das receitas tenha sido decorrente de subvenção da União, o relatório deve ser acompanhado da prova de publicações das demonstrações financeiras.

2.3 PRESTAÇÃO DE CONTAS

Segundo Gimenes e Leonardo (2010), é de responsabilidade da sociedade civil a participação contínua no processo de gestão de recursos públicos, tendo em vista que isso está previsto na Constituição Federal de 1988. Isso possibilita aos cidadãos a contribuição na formulação das políticas públicas e a fiscalização permanente da aplicação dos recursos públicos. A participação da sociedade na gestão pública através da formulação, monitoramento e avaliação das ações de políticas públicas desenvolvidas pelo Estado e pela sociedade consiste no controle social.

O Estado contribui para a manutenção das atividades das organizações do terceiro setor através de concessão de vantagens financeiras. O controle social da destinação desses recursos deve ser estendido a tais organizações tanto no que tange à utilização dos recursos quanto ao desenvolvimento das atividades (GIMENES; LEONARDO, 2010).

Dessa forma, é necessário o acompanhamento da atuação dessas entidades. Para atingir esse objetivo, é fundamental que sejam aperfeiçoados os conceitos, a fiscaliza-

ção e o *accountability* desse setor. O *accountability* refere-se ao cumprimento, transparência e responsabilidade das entidades em prestarem contas aos vários envolvidos (membros/voluntários/ clientela/ fontes financiadoras) (ALMEIDA; FERREIRA, 2010). Assim, pode-se dizer, de maneira simplificada, que *accountability* é o dever de prestar contas.

Conforme Gimenes e Leonardo (2010), uma forma de fiscalização das organizações do terceiro setor se refere à prestação de contas que tais entidades devem apresentar anualmente com a finalidade de atender determinadas exigências para o recebimento de recursos. O reconhecimento tanto por parte da sociedade quanto por parte dessas entidades sobre a importância do dever de prestar contas e da responsabilidade na gestão dessas organizações é um fator primordial para a maximização da destinação de recursos e, por consequência, para a melhoria de seus resultados.

As entidades que constituem o terceiro setor têm a obrigação legal de apresentar as contas de seu desempenho e seus resultados obtidos para a sociedade, assim como a maneira como seus recursos estão sendo destinados. De acordo com o Ministério da Justiça (2012), desde 2007, todas as UPFs precisam realizar, até o dia 30 de abril, a prestação de contas eletrônica do exercício anterior, por meio do Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública do Ministério da Justiça (CNEs/MJ), sob a pena de não poderem retirar Certidão de Regularidade.

De acordo com Olak e Nascimento (2008, p. 24), as características que relatórios de prestações de contas das entidades do terceiro setor devem apresentar são as seguintes:

[...] normalmente, compostos por elementos que identificam aspectos históricos da instituição, missão, e objetivos, dados estatísticos, evolução, atividades desenvolvidas no período, principais administradores, descrição de convênios, parceria se contratos, pessoas atendidas, planejamento para gestão do período seguinte e etc.

O Conselho Federal de Contabilidade (2004) discutia que a extensão das exigências pode variar entre os tipos de entidades, no entanto, existe semelhança entre os documentos e as informações contempladas nos relatórios de prestação de contas desse tipo de entidade. Esses relatórios são constituídos normalmente pelos seguintes documentos:

- a) relatório de atividades;
- b) demonstrações contábeis;
- c) informações bancárias;
- d) inventário patrimonial;
- e) Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ);
- f) Relação Anual de Informações Sociais (RAIS);

- g) Parecer do Conselho Fiscal;
- h) Parecer e relatório de auditoria independente;
- i) cópias de convênios, contratos e termos de parcerias firmados, segundo o estabelecido no Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social.

Dessa forma, para que uma entidade do terceiro setor seja considerada transparente é necessário que ela apresente zelo na elaboração e apresentação dos relatórios de prestação de contas aos usuários, no sentido de que se possa permitir uma aproximação dessas entidades com os diferentes públicos aos quais suas atividades se destinam, de modo que possam ser reunidos recursos humanos, materiais e financeiros a favor das causas sociais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nos itens a seguir são apresentadas as descrições dos procedimentos metodológicos utilizados neste estudo.

3.1 TIPOLOGIAS DE PESQUISA

Quanto aos objetivos, este estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva. Conforme Gil (1999), a pesquisa descritiva tem como finalidade descrever as características de determinada população ou fenômeno. Assim, são realizadas descrições das análises das prestações de contas das entidades possuidoras do título de UPF no Estado do Rio Grande do Norte, entre 2007 e 2009.

Quanto aos procedimentos, foi realizada uma pesquisa documental. De acordo com Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), esse tipo de pesquisa é caracterizada pela busca de informações em documentos que ainda não receberam nenhum tratamento científico.

Com relação à discussão sobre o problema, desenvolveu-se uma análise quantitativa por meio de análise de estatísticas descritivas. Martins e Theóphilo (2009) afirmam que nesse tipo de abordagem são utilizadas técnicas estatísticas, desde as mais simples, como desvio padrão e média, até as mais complexas, como coeficientes de correlação e análise de regressão, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados.

3.2 COLETA DE DADOS

Para atingir o objetivo de analisar as principais características das prestações de contas das entidades possuidoras do título de UPF no Estado selecionado entre 2007 e 2009, foi utilizada como população de estudo da pesquisa todas as entidades possuidoras desse título na região. Para selecionar a amostra de pesquisa, foi utilizado como critério

o ano de qualificação nesse título, que correspondeu de 1998 a 2010. Houve 55 entidades que obtiveram a qualificação nesse período, porém, desse número, algumas não disponibilizavam suas contas e outras apresentavam a prestação de contas de apenas alguns anos.

Devido a esse fato, foi realizada uma nova seleção e o critério utilizado foi a disponibilização das prestações de contas dos anos de 2007 a 2009. Foram encontradas 24 entidades, e, em virtude da necessidade de observação da evolução patrimonial/financeira das entidades possuidoras desse título, foram selecionadas para a pesquisa, por conveniência, apenas 15 das 24 entidades. O critério de escolha se baseou na facilidade de acesso as suas informações e por serem, dentre as 24 entidades, as mais conhecidas, servindo, assim, como amostra para este estudo.

As entidades que constituíram a amostra são apresentadas abaixo:

- Lar Espírita Alvorada Nova (LEAN)
- Associação de Assistência e Proteção à Maternidade e Infância de Mossoró
- Casa de Apoio à Criança com Câncer Durval Paiva
- Escola São José
- Centro Suvag do Rio Grande do Norte
- Associação de Obras Sociais Dom Bosco
- Núcleo de Amparo ao Menor
- Lar do Ancião Evangélico (LAE)
- Lar da Criança Pobre de Mossoró
- Serviço de Ação Urbana
- Juvino Barreto
- Associação Espírita Enviados de Jesus

- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Macaíba

- Instituto de Educação e Reabilitação de Cegos do Rio Grande do Norte

- Associação dos Pais e Portadores da Síndrome de Berardinelli do Estado do Rio Grande do Norte

A coleta de dados foi desenvolvida a partir do levantamento das prestações de contas dos anos de 2007 a 2009 de todas as entidades que constituíram a amostra dessa pesquisa, no sítio do Ministério da Justiça. Após a coleta de dados, as informações coletadas foram tratadas em planilhas do Microsoft Excel.

Foram analisadas informações referentes à localização, finalidade e público-alvo das entidades para se traçar seus perfis e, em seguida, poder se analisar sua evolução financeira e patrimonial, no sentido de observar se elas estão permitindo que os recursos humanos, as receitas geradas e os valores recebidos através de instrumentos de parcerias estão sendo utilizados em prol de suas causas sociais.

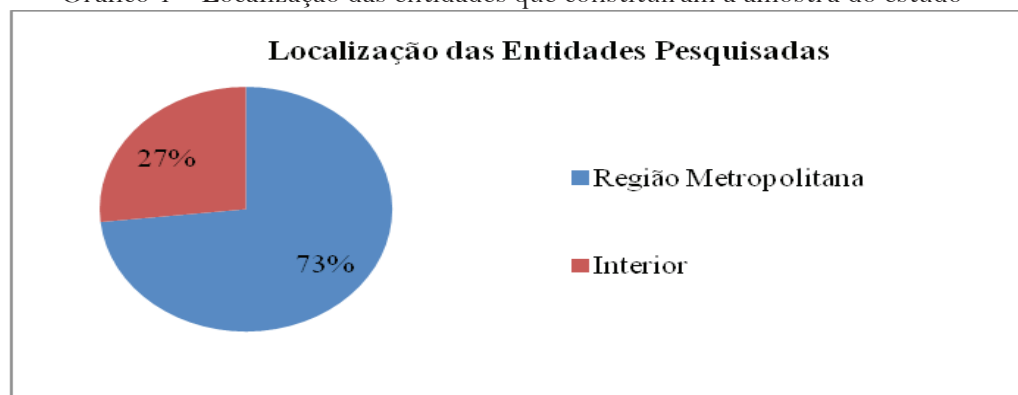
4 RESULTADOS DA PESQUISA E ANÁLISES

Neste tópico são apresentados e analisados os resultados desta pesquisa. Para isso, é exposto o perfil das entidades analisadas no estudo, e, em seguida, é descrita a situação da evolução financeira e patrimonial das entidades pesquisadas.

4.1 PERFIL DAS ENTIDADES ANALISADAS

Para se traçar um perfil das entidades pesquisadas, foram analisados aspectos relativos à localização, finalidade e público-alvo das mesmas. A localização das entidades que compuseram a amostra pode ser visualizada no Gráfico 1.

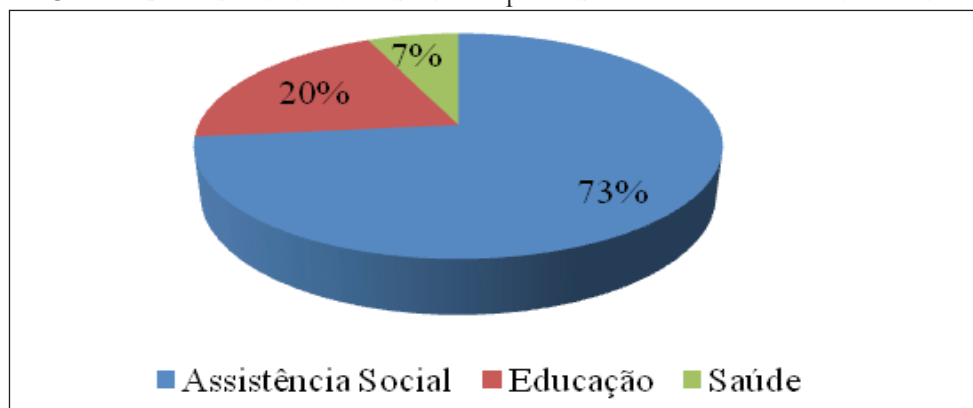
Gráfico 1 – Localização das entidades que constituíram a amostra do estudo



Fonte: Elaborado pelos autores.

De acordo com a observação do Gráfico 1, há predominância dessas entidades na região metropolitana de Natal, pois 73% foram visualizadas nessa região, enquanto que apenas 27%, foram observadas no interior, o que representa, em valores absolutos, respectivamente, 11 e quatro entidades. Ainda verificou-se que nove entidades pesquisadas se localizam na cidade de Natal, duas em Mossoró e uma em Parnamirim, Currais Novos, Macaíba e Areia Branca. A finalidade dessas entidades pode ser observada através da análise do Gráfico 2.

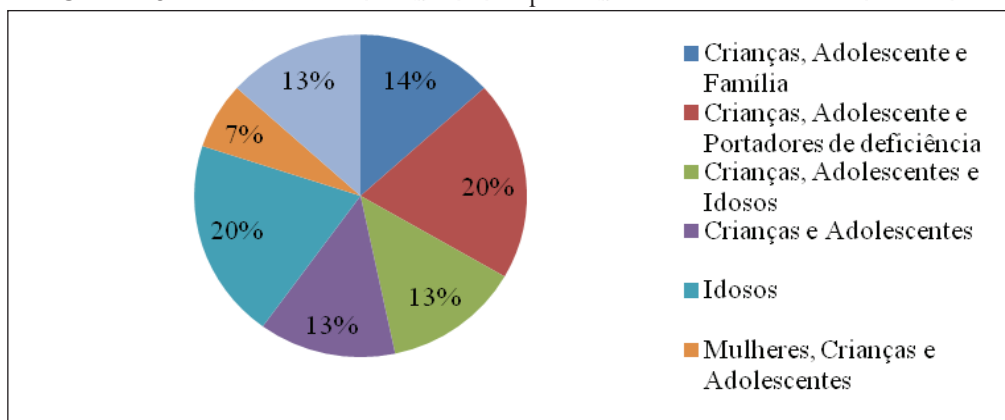
Gráfico 2 – Finalidades das entidades que constituíram a amostra do estudo



Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir da análise do Gráfico 2, pode-se constatar que 73% das entidades pesquisadas têm como objeto principal a assistência social, 20%, a educação e 7%, a saúde. Essa situação evidencia que das 15 entidades pesquisadas, aproximadamente 11 desenvolvem atividades de caráter assistencialista para a população, fato que converge com a atual realidade das entidades do terceiro setor no Brasil, as quais ainda possuem a assistência social como objetivo principal. O Gráfico 3 apresenta o público-alvo das entidades pesquisadas.

Gráfico 3 – Público-alvo das entidades que constituíram a amostra do estudo



Fonte: Elaborado pelos autores.

Percebe-se, pelo Gráfico 3, que 20% das entidades analisadas têm como público-alvo idosos, crianças, adolescentes e portadores de deficiência, 14% direcionam suas atividades para crianças, adolescentes e família, 13% para portadores de deficiência, crianças e adolescentes e 7% para mulheres, crianças e adolescentes. Esses resultados demonstram que as entidades pesquisadas possuem como principais públicos-alvo crianças e adolescentes, pois foram mencionados em dez das 15 entidades pesquisadas.

Assim, pode-se constatar que entidades localizadas na região metropolitana de Natal, que possuem a assistência social como objetivo principal de suas atividades e que apresentam como público-alvo de suas ações crianças e adolescentes, formam o perfil predominante das entidades que constituíram a amostra.

4.2 EVOLUÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL DAS ENTIDADES ANALISADAS

A Tabela 1 apresenta a estatística descritiva dos recursos humanos das entidades que possuem o título de UPF no período de 2007 a 2009.

Tabela 1 - Estatística descritiva dos recursos humanos das entidades entre 2007 e 2009

Estatística descritiva	2007	2008	2009
Média	99,46	101,67	105
Mediana	33	36	41
Desvio padrão	131,47	129,65	114,99
Mínimo	8	6	22
Máximo	457	420	360

Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir da Tabela 1, constata-se que com a diminuição significativa dos recursos humanos, que em 2007 tinha o valor máximo de 457, e, em 2009, passou a ser de 360, a média de funcionários dessas instituições foi crescente nos três anos analisados. Verifica-se, ainda, que em 2009 houve a menor dispersão na quantidade de funcionários dessas entidades, o que demonstra que esse foi o período que as entidades ficaram mais próximas da média.

A estatística descritiva de parcerias e subvenções que as entidades analisadas firmaram entre 2007 e 2009 é apresentada na Tabela 2.

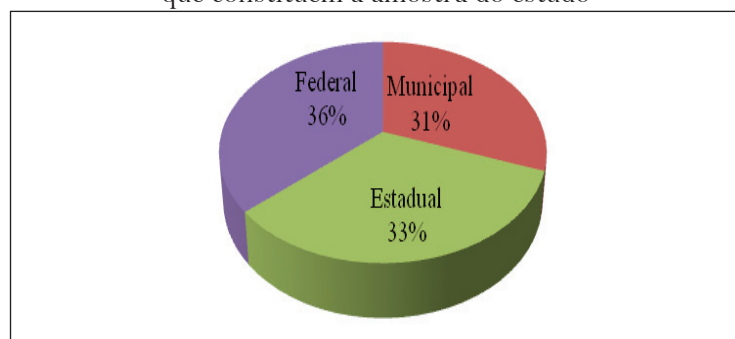
Tabela 2 - Estatística descritiva de parcerias e subvenções das entidades entre 2007 e 2009

Estatística descritiva	2007	2008	2009
Média	2,54	2,54	2,63
Mediana	1	2	2
Desvio padrão	2,29	2,01	2,01
Mínimo	1	1	1
Máximo	8	8	7

Fonte: Elaborado pelos autores.

De acordo com a Tabela 2, verifica-se que no mínimo uma parceria foi firmada por ano, no período analisado, por cada entidade. O máximo de subvenções e parcerias foi observado nos anos de 2007 e 2008, pois correspondeu ao número de 8. Constata-se, ainda, que a média de parcerias e subvenções de 2007 e 2008 coincidiu em 2,54, o que significa que, nesses dois anos, a quantidade de parcerias e subvenções das 15 entidades pesquisadas, em média, permaneceu com o mesmo comportamento. As origens dos recursos recebidos através de parcerias e subvenções são apresentadas no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Origem dos recursos repassados para as entidades que constituem a amostra do estudo

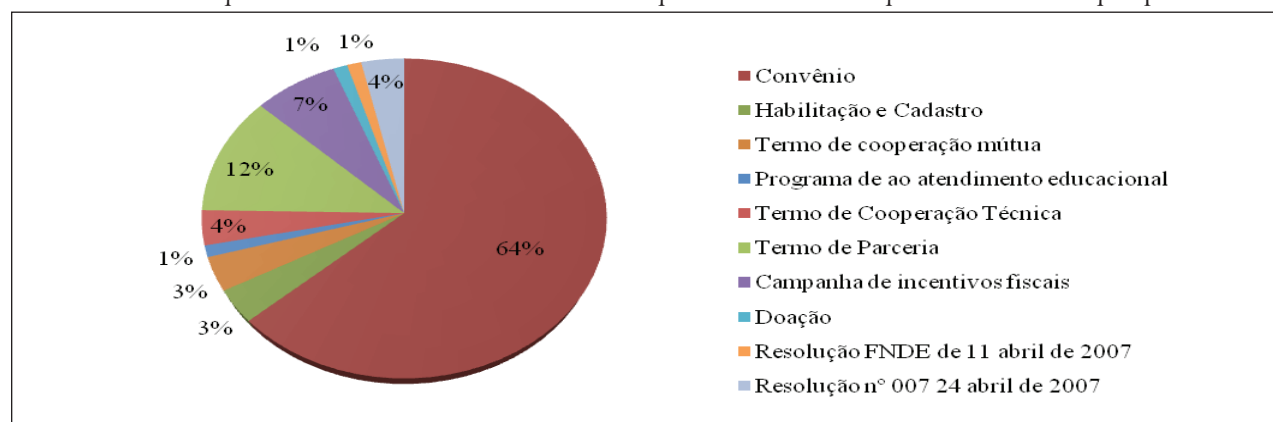


Fonte: Elaborado pelos autores.

Como se pode constatar no Gráfico 4, 36% dos recursos repassados para as entidades que possuem o título de UPF são de origem federal, 33% provenientes do Estado e 31% originários do Tesouro Municipal. Esses resultados demonstram que a origem dos recursos repassados para as entidades que constituem a amostra é bem equilibrada entre as três esferas de poderes, fato que evidencia que as entidades pesquisadas não se limitam a receber apenas recursos de um dos poderes, o que possibilita conjecturar que as entidades têm buscado a obtenção do título de UPF por fatores imateriais, como prestígio e reconhecimento de suas atividades pela sociedade.

Esses recursos são obtidos por diversos tipos de instrumentos, os quais podem ser visualizados no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Tipos de instrumentos utilizados no repasse dos recursos para as entidades pesquisadas



Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir do Gráfico 5, pode-se constatar que 64% das entidades pesquisadas recebem recursos através de convênios, 12% de termos de parceria, 7% de campanhas de incentivos fiscais, 4% de cooperação técnica e pela resolução nº 007 de 24 abril de 2007 do Ministério da Educação – que estabelece os documentos necessários à comprovação de regularidade para transferência de recursos e habilitação de entidades estaduais, municipais, do Distrito Federal e privadas sem fins lucrativos, bem como das mantenedoras das escolas de educação especial, beneficiárias do PDDE e do PAED, para o ano de 2007 –, 3% de habilitação e cadastro e termo de cooperação mútua e, por fim, 1% de programas de atendimento educacional, doações e pela resolução FNDE de 11 de abril de 2007.

A estatística descritiva dos valores recebidos através dos instrumentos de parcerias federal, estadual e municipal pode ser observada na Tabela 3.

Tabela 3 - Estatística descritiva dos valores recebidos através de instrumentos de parcerias entre 2007 e 2009 em reais

Estatística descritiva	2007	2008	2009
Média	777.614,66	789.219,27	794.270,82
Mediana	62.626,71	112.744,20	106.209,34
Desvio padrão	1.926.472,08	1.916.088,97	1.920.279,04
Mínimo	19.633,20	19.633,20	19.633,20
Máximo	6.501.117,00	6.501.117,00	6.501.117,00

Fonte: Elaborado pelos autores.

Percebe-se, na Tabela 3, que a média de valores recebidos através de parcerias e subvenções das entidades, entre os anos de 2007 e 2009, foi crescente no período analisado, fato que demonstra que essas entidades receberam mais recursos para investir em suas atividades nesse período. Também é possível observar que os valores mínimos e máximos dos recursos recebidos permaneceram os mesmos durante o período, o que pode ser justificado pela apresentação nas prestações de contas do mesmo valor nos três anos nas entidades Lar Espírita Alvorada Nova (LEAN) e Associação de Assistência e Proteção à Maternidade e Infância de Mossoró.

A Tabela 4 apresenta a análise estatística das receitas das entidades analisadas entre 2007 e 2009.

Tabela 4 - Estatística descritiva das receitas das entidades entre 2007 e 2009 em reais

Estatística descritiva	2007	2008	2009
Média	1.137.673,93	1.270.889,37	1.766.791,46
Mediana	244.758,00	410.048,72	334.040,82
Desvio padrão	1.972.464,13	2.041.617,96	3.848.937,88
Mínimo	32.044,26	33.152,37	37.065,34
Máximo	7.745.226,75	7.745.226,75	15.279.402,29

Fonte: Elaborado pelos autores.

Com a observação da análise estatística descritiva da Tabela 4, constata-se que a média das receitas geradas entre os anos de 2007 e 2009 foi crescente no período analisado. Verifica-se que a maior receita foi da Associação de Assistência e Proteção à Maternidade e Infância de Mossoró, a qual correspondeu a 15.279.402,29 no ano de 2009 e a menor receita gerada foi em 2007 pela Associação dos Pais e Portadores da Síndrome de Berardinelli do Estado do Rio Grande do Norte, com o valor de 32.044,26. Além disso, observa-se que 2007 foi o ano com a menor dispersão entre a geração de receitas dessas entidades, fato que demonstra que esse foi o período que as entidades ficaram mais próximas da média.

A estatística descritiva dos valores do imobilizado das entidades pesquisadas entre os anos de 2007 e 2009 podem ser visualizados através da observação da Tabela 5.

Tabela 5 - Estatística descritiva dos valores do imobilizado entre 2007 a 2009 em reais

Estatística descritiva	2007	2008	2009
Média	775.220,77	804.358,88	613.392,58
Mediana	348.456,25	395.260,40	419.830,98
Desvio padrão	1.560.059,62	1.497.636,61	763.592,66
Mínimo	4.540,40	4.484,87	4.540,40
Máximo	5.857.280,79	5.857.280,79	2.963.586,56

Fonte: Elaborado pelos autores.

Observa-se na Tabela 5 que os valores do imobilizado sofreram variações significativas no período analisado, fato que pode ser justificativo pela entidade Associação de Assistência e Proteção à Maternidade e Infância de Mossoró ter diminuído seu imobilizado, que era, em 2007, de 5.857.280,79, permanecendo o mesmo em 2008 e reduzindo para 2.963.586,56 em 2009.

Devido a esse fato, o valor máximo desse grupo do ativo diminuiu de forma expressiva no período analisado. Ao mesmo tempo que esse decréscimo pode ser observado na análise estatística descritiva da Tabela 5, também é possível verificar o menor valor no ano de 2008, que correspondeu a 4.484,87 e pertence ao imobilizado do Serviço de Ação Urbana. Entretanto, vale ressaltar que o imobilizado pode ter sofrido redução pela sua depreciação ou por uma possível alienação. A maior média observada foi a do ano de 2008 e sugere que nesse ano as entidades procuraram investir mais no seu patrimônio, imobilizando um valor maior do que nos demais anos analisados.

A Tabela 6 apresenta a estatística descritiva dos resultados obtidos pelas entidades entre os anos de 2007 e 2009.

Tabela 6 - Estatística descritiva dos resultados obtidos pelas entidades entre 2007 a 2009

Estatística descritiva	2007	2008	2009
Média	2.764	2.330	2.927
Mediana	447	504	615
Desvio padrão	5.360	3.966	5.346
Mínimo	106	112	101
Máximo	21.042	15.655	20.755

Fonte: Elaborado pelos autores.

Percebe-se na Tabela 6 que os menores resultados obtidos pelas entidades analisadas foram decorrentes das atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Macaíba, que correspondeu a 101 atendimentos no ano de 2009. Os maiores resultados foram da Associação de Assistência e Proteção à Maternidade e Infância de Mossoró no ano de 2007, que realizou 21.042 atendimentos. Verifica-se, ainda, que 2008 foi o ano com a menor dispersão entre os resultados obtidos dessas entidades, o que demonstra que esse foi o período que as entidades ficaram mais próximas da média.

A média de resultados das entidades analisadas não se manteve uniforme durante os anos, pois na análise estatística descritiva da Tabela 6 é possível observar que, em 2007, os resultados das atividades dessas entidades corresponderam a 2.764 beneficiados, em 2008, a 2.330, e, em 2009, a 2.927, o que demonstra uma falta de regularidade no impacto das atividades dessas entidades na sociedade, tendo em vista que se espera que as parcerias através de convênios, termos de parcerias e outros tipos de instrumentos de repasse de recursos dos entes federativos para essas entidades possibilite um aumento na capacidade de sua atuação social. Entretanto, não foi isso que foi observado, pois a média dos valores de parcerias e subvenções foi crescente nos três anos analisados, indicando que esse crescimento não foi proporcional à média de resultados obtidos por essas entidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

A pesquisa em atenção ao objetivo formulado analisou as principais características das prestações de contas das entidades possuídores do título de UPF no Estado do Rio Grande do Norte entre 2007 e 2009. Constatou-se que entidades localizadas na região metropolitana de Natal, que possuem a assistência social como objetivo principal de suas atividades e que apresentam como público-alvo de suas ações crianças e adolescentes, formaram o perfil predominante das entidades pesquisadas.

Observa-se que, no mínimo, uma parceria foi firmada por ano, no período analisado, por cada entidade com um ente federativo, sendo que 36% dos recursos repassados para as entidades através de parcerias são de origem federal e que 64% das entidades pesquisadas recebem recursos através de convênios. Constatou-se, ainda, que a média de valores recebidos através de parcerias e subvenções foi crescente nos três anos analisados, assim como a média de funcionários dessas instituições e a de geração de receitas. A média de resultados das entidades analisados não se manteve uniforme durante os anos pesquisados, fato que demonstra que o crescimento dos recursos humanos, das receitas geradas e dos valores recebidos através de parcerias e subvenções não foi proporcional ao aumento da capacidade de atuação social dessas entidades.

Recomendam-se outras pesquisas no sentido de desenvolver essa temática, que atualmente se encontra carente de estudos científicos no Brasil, conforme discutido por Soldi et al. (2012), de modo que se possa contribuir para o desenvolvimento da atuação do terceiro setor na sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. C.; FERREIRA, E. S. *Terceiro setor: prestação de contas e suas implicações*. 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/viewFile/3857/2862>>. Acesso em: 18 maio 2011.
- BORGES, G. M. C. *Imagens do terceiro setor: um estudo com pai e responsáveis financeiros das organizações educacionais*. 2008. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.
- BOUDENS, E. *Utilidade Pública Federal*. 2000. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/tema11/pdf/000068.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2012.
- BRASIL. Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935. Determina regras pelas quais são as sociedades declaradas de utilidade pública. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 04 set. 1935.
- COLIN, D. R. A. *Sistema de gestão e financiamento da assistência social: transitando entre a filantropia e a política pública*. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social*. 2. ed. Brasília: CFC, 2004.
- DELGADO, M. V. M. *O terceiro setor no Brasil: uma visão histórica*. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/037/37cdelgado.htm>>. Acesso em: 30 abr. 2012.
- FERNANDES, R. C. *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume, 1994.
- GERÊNCIA DE ESTUDOS SETORIAIS. *Terceiro setor e o desenvolvimento social*. 2001. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 17 maio 2011.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.

- GIMENES, E. R.; LEONARDO, V. S. Transparência na prestação de contas por entidades do terceiro setor: obrigação fiscal e social. *Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 22-35, set. 2010.
- GONÇALVES, H. S. *O Estado, o terceiro setor e o mercado: uma tríade completa*. 2011. Disponível em: <<http://www.rits.org.br/>>. Acesso em: 17 maio 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. *Metodologia da investigação científica para Ciências Sociais aplicadas*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- OLAK, P. A.; NASCIMENTO, D. T. *Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (terceiro setor)*. São Paulo: Atlas, 2006.
- PANCERI, R. *Terceiro setor: a identificação das competências essenciais dos gestores de uma organização sem fins lucrativos*. 2001. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção e Sistemas) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.
- ROTHGIESSER, T. L. *Sociedade civil brasileira e o terceiro setor*. 2002. Disponível em: <<http://www.terceirosetor.org.br/>>. Acesso em: 17 maio 2011.
- SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, São Leopoldo, ano 1, n. 1, p. 1-15, jul. 2009.
- SOLDI, A. R. et al. *Transparência no terceiro setor: um estudo sobre as organizações filantrópicas*. 2012. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCSA/Publicacoes/Jovens_Pesquisadores/06/4.6.14.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2012.
- SOUZA, S. P. *Ampliação do terceiro setor*. 2011. Disponível em: <<http://www.partes.com.br/terceirosetor/artigos02.asp>>. Acesso em: 29 abr. 2012.
- VOESE, S. B.; REPTCZUK, R. M. Características e peculiaridades das entidades do terceiro setor. *ConTexto*, Porto Alegre, v. 11, n. 19, p. 31-42, mar. 2011.

Recebido em: 18/02/2012.

Aceito em: 04/05/2012.